

Reinaldo Martins

- Luiz Carlos Rodrigues Nascimento
- Jouana J de Medeiros
- Martinho Leonardo Filho
- Marly Alvarez Cimino
- Elma Jimões
- Regina Célia Moretti Mango RCM Mango
- Titor Iglesias Cid
- Ney Caldato Barbosa
- Roberto Medeiros de Araújo
- Franusio José Carol
- Walter C. Antunes
- José Eber de Geis

Cita da Quinquagésima sétima Reunião Ordinária do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos. CONDEPASA.

Dois vinte e três dias do mês de junho de hum mil, novecentos e noventa e dois, nas dependências do Arquivo Histórico Municipal "Dr. José da Costa e Silva Sobrinho", no Centro de Cultura "Patúcia Galvão", realizou-se a quinquagésima sétima reunião ordinária do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos. CONDEPASA. As dezesseis horas e trinta minutos fez-se a primeira chamada, mas por falta de quorum, a reunião só teve início às vinte horas, após a segunda chamada. Compareceram à reunião os seguintes Conselheiros: Luiz Carlos Rodrigues Nascimento, Jouana J. de Medeiros, Marly Alvarez Cimino, João Paulo da Silva, Fábio Eduardo Ferraro, Regina Célia M. Mango, Ney Caldato Barbosa, Titor Hugo Mori, Alfredo Vasques, Alexandre Bis, Roberto Medeiros de Araújo, Wilma Therezinha F. de Andrade, Marcelo Lima de Oliveira, Bechara Abdalla, José Roberto A. Zonis, Titor Iglesias Cid, Luiz Antônio de P. Nunes, Reinaldo Lopes Martins, Walter C. Antunes suplente do representante da SEOSP, o Arquiteto Flávio

Moraes, Diretor Técnico do CONDEPHAAT e os membros do OTA  
Mário A. Braga, Maria Valquíria S. Barbosa e José César de  
Góis. O Vice-Presidente Luiz Carlos R. Nascimento deu início  
à reunião, com a leitura da ata da quinquagésima  
sesta reunião ordinária, que após lida e aprovada  
foi assinada pelos Conselheiros a ela presentes. A se-  
guir passou às justificativas de ausências dos seguintes  
Conselheiros, Martinho Leonardo Filho e Sheila Prado Leite.  
Em seguida passou às Comunicações aos Conselheiros com  
a leitura do ofício n.º 43/92.CMS, a este Conselho endere-  
çado pela Coordenadora do Centro da Memória Santista,  
Ana Célia Rodrigues, informando que já foi realiza-  
do o arrolamento do Acervo Documental da Câmara  
Municipal de Santos, do final do século XVIII, ao século  
XIX, conforme solicitação deste Conselho. Dando prossequi-  
mento, o Vice-Presidente comunicou aos presentes que al-  
guns Conselheiros, de acordo com o Regimento Interno per-  
derão seus mandatos neste Conselho, em virtude de terem  
ultrapassado o número de faltas permitidas e já terem  
sido comunicados dessa eminente perda. Iniciaram-se  
discussões sobre a partir de que data deveriam as fal-  
tas serem computadas. Após a leitura do Regimento In-  
terno, foi colocada em votação a proposta de que as  
ausências sejam contadas da data da publicação do  
citado Regimento, que é treze de fevereiro do corrente a-  
no. Recebeu a proposta doze votos a favor e dois con-  
trários, sendo portanto aprovada. Deverá a secretaria do  
CONDEPHAAT comunicar às entidades: Grêmios Recreativos Cul-  
tural "Clube do Samba" e Casa do Folclore "Albino Luiz  
Caldas", a perda do mandato. A seguir foi realiza-  
da a divulgação do Curso: Subsídios para Organização  
de Arquivos Modernos, que será realizado pelo Centro  
da Memória, <sup>na</sup> pelo Centro da Memória Santista, no pe-  
ríodo de 30 de junho de 1992, trinta de junho a nove

de filho, aqui nesta Secretaria, atendendo a funcionários de diversas Secretarias Municipais interessadas, a esta-  
do a área. Em seguida Luiz Carlos R. Nascimento passou às Comunicações e pedidos de esclarecimentos dos Conselheiros.  
O Conselheiro Bio solicitou esclarecimentos sobre os problemas de instalação de placas, no bairro do Gonzaga, a placa do Miramar e no Bairro do Monte Serrat os out-dooos do "Cesário Bastos". Foi-lhe dito que será verificado o andamento das medidas tomadas. Comunica ainda, o Conselheiro Bio, que há imóveis no Centro que estão sendo demolidos e solicitou que houvesse uma fiscalização Comprometer-se ainda a fornecer os endereços desses imóveis delapidados, ao Órgão Lúcio de Apoio - OTA. A seguir o Conselheiro Targues justificou sua ausência na assinatura da APA, na P.M.S. e comunicou ter desaparecido o relógio dos bondes, existente na Praça Mauá. Marcos Braga do OTA esclareceu que o citado relógio foi retirado pela CSTC para fazer parte do Museu do Transporte. A Professora Wilma Therezinha F. de Andrade perguntou sobre a existência de legislação que regulamente a colocação e a dimensão de placas para propaganda política, instaladas pela cidade. Foi informada que o Código de Posturas regulamenta o assunto. Em seguida o Conselheiro Bio solicitou seja renovada a solicitação ao GPM, quanto ao nosso interesse em participar do Cadastro de Imóveis - CADAM para o qual foram indicados e até o presente momento não houve convocação. Ficou decidido que deverá ser enviado o Gabinete com as solicitações realizadas. A Conselheira Regina Mangu solicitou informações sobre o trâmite do Projeto de Lei, que trata da preservação de imóveis, surgido com o problema do Edifício da Avenida Conselheiro Nébias, 652. Foi informada que o mesmo está na Secretaria de Assuntos Jurídicos. Não havendo

propostas, o Vice-Presidente passou à Ordem do Dia, solicitando aos presentes a inversão na ordem de apresentação dos assuntos pautados, o que foi de acordo de todos, sendo então tratado o Casarão do Largo Marquês de Monte Alegre. O Conselheiro Luiz Carlos comunicou a todos o sinistro ocorrido com o Casarão, que sofreu um incêndio, no último dia quinze, resultando num desabamento de quase todas as paredes. Observou também, que deveria haver um repensar na participação geral dos Conselheiros, que deveriam se mobilizar, se manifestar quando acontecessem fatos como o agora ocorrido. O Conselheiro Ney Caldotto argumentou que fez tentativas de realizar contatos com Conselheiros, porém, só o conseguiu com o Conselheiro Fábio Ferraro, tendo ambos comparecido ao local para uma avaliação. O Conselheiro Bechara comunicou que todos os membros do OTA lá compareceram, assim como o Presidente deste Conselho e Secretário de Cultura, Professor Renaldo Lopes Martins, e que a SEDAM de imediato realizou um laudo solicitando esvaziamento das paredes remanescentes. A Professora Wilma Sherezinha disse que o Departamento de História da FAFIS se reuniu e enviou ofício às autoridades policiais, a fim de que se fizessem averiguadas as razões do sinistro. Colocou ainda à disposição do Conselho, material sobre o Casarão, inclusive foto do início do século. O Vice-Presidente a seguir, fez a leitura do ofício nº 312/92-SEOSP, enviado a este Conselho pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos, sobre o sinistro ocorrido no Casarão e solicitando que haja uma ação conjunta dos órgãos de preservação do patrimônio e fez também consultas quanto as medidas a serem tomadas tendo em vista o risco

de ruína. Devidu-se então, oficial à SEDSP, comunicando as decisões que serão tomadas por este Conselho. Em seguida, Mauro Braga do OTA, comunicou que foram tomadas, digo, foram realizadas fotos do Casarão e que apesar do policiamento no local, já houve roubo de materiais. Comunicou ainda que foi procurado pelo proprietário da borracharia que funcionava no Casarão, que denunciou, como criminoso, o incêndio ali ocorrido explicando que houve transporte de gasolina para o andar superior, com a alegação de exterminar cupins, foram ainda retirados vários objetos de valor do local antes de ocorrer o incêndio, como também a realização de seguros por parte de alguns proprietários. Realizou-se então, uma reunião, onde participaram a SEDAM, SEAJUR, SECULT e o Curador do Meio Ambiente, Dr. Felipe Augusto Tereza de Andrade. Na oportunidade foram ouvidas seis testemunhas. O Curador do Meio Ambiente decidiu abrir um processo judicial sobre o sinistro. O Conselheiro Bechara falou que a Polícia Técnica elaborou laudo condenando o imóvel à demolição. A SEDSP e a SEDAM também expediram laudos, sendo que a Prefeitura optou para representar o seu posicionamento, o laudo realizado pela SEDAM o qual solicita o esvaziamento das paredes remanescentes. O Conselheiro Luiz Nunes comunicou que o proprietário do imóvel já foi intimado a comparecer à P. M. S. através do Diário Oficial Urgente. O Coordenador do OTA disse ainda que foi solicitado um laudo ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT. A seguir o Conselheiro Victor Hugo disse que há questões a serem levantadas na resolução do problema que são - como reparar o edifício; - quem deverá fazê-lo; e de como o Poder Público poderá intervir no caso. O proprietário, disse o Conselheiro, não terá, logicamente, interesse na reconstrução e como agora o valor venal do imóvel caiu, pois há praticamente só o terreno, será um atrativo a compra do mesmo.

Sugeriu que o local seja aproveitado pela Câmara Municipal de Santos, que tem intenção de construir uma sede própria, em terreno de sua propriedade sito à Avenida Senador Feijó, com Avenida Rangel Pestana. A Prefeitura Municipal poderia entrar em entendimentos com o Presidente do Legislativo no sentido, de ser vendido o citado terreno e adquirido o do Largo Marquês de Monte Alegre, onde seria realizado um esvaramento, visando a utilização para futuro projeto. Elucidou ainda, que a P.M.S. só para realizar o esvaramento das paredes remanescentes irá gastar cerca de sessenta por cento do valor de uma edificação. O Conselheiro Luiz Nunes explicou que a Câmara Municipal de Santos solicitou revogação da licença para efetivação de um projeto para o terreno da Avenida Senador Feijó. Mário Braga sugeriu que se poderia iniciar o esvaramento, sustentação das paredes, e assim se criar um débito tão grande para o proprietário que este teria que pagar o mesmo com o terreno. O Conselheiro Victor Hugo explicou que muitas vezes, os proprietários conseguem reverter esse quadro através da justiça. O Conselheiro Bechara esclareceu que as negociações e resoluções deveriam ser tomadas com rapidez em virtude dos comerciantes existentes nas adjacências começarem a pressionar para que os caminhos de suas firmas obtenham livre acesso ao local. O Conselheiro Victor Hugo disse que se poderia fazer um esvaramento parcial, com a subida de um núcleo para segurar as paredes e retirar os riscos imediatos de desabamento. Prosseguindo a reunião, Flávio Moraes do CONDEPHAAT iniciou suas explanações dizendo que duas maneiras de se tratar o problema: 1º - juridicamente. O CONDEPHAAT após o sinistro iniciou um processo jurídico e para instruí-lo está sendo realizado um resgate sobre o assunto, inclusive com futuras solici-

taxa de material à P.M.S. e ao próprio CONDEPASA, e posteriormente para o preçoso remetido ao Ministério Público.

2º. Tecnicamente - O Colegiado não tem ainda uma posição definitiva, pois o caso foi apenas apresentado a ele, e está no aguardo de maior documentação para que seja emitido um parecer. Flávio Moraes explicou que por sua vivência, a reconstrução do imóvel será o fator principal, pois o que restou do edifício representa o seu testemunho de uma época, de uma cultura. Em seguida Braga, digo, Marcos Braga arquivou o Conselho sobre a necessidade de O.T.A. realizar um laudo sobre o sinistro. O Conselho foi proposto a todos que ao invés do O.T.A. realizar um laudo, haja um representante do Conselho como assistente técnico, acompanhando os trabalhos do IPT. Colocada em votação foi a proposta aprovada por unanimidade com dezesseis votos a favor. Logo após foi sugerido que o Conselho seja o representante deste Conselho como assistente técnico, o que obteve dezesseis votos a favor, sendo então aprovado por unanimidade. Os Conselheiros após maiores discussões resolveram que deveria ser enviado ofício à Prefeita Municipal com o repúdio deste Conselho ao ocorrido no Casarão do Largo Marques de Monte Alegre e sugerindo a inclusão do representante nos trabalhos do IPT, como também a sugestão do Conselheiro Victor Ruge sobre a forma de se adquirir o imóvel e o esvaziamento das paredes. O Conselheiro Ney Caldato sugeriu que haja uma cobrança pelo CONDEPASA das resoluções e das atitudes que serão tomadas em relação ao imóvel. Em seguida Flávio Moraes disse que poderiam ocorrer outros atentados contra o imóvel, e por isso devem ser esvaziadas as paredes com urgência. Explicou ainda, que no momento o CONDEPASA está impossibilitado de fornecer ajuda, pois não tem como arcar com despesas em propriedade

particular. O Conselheiro João Paulo sugeriu que sejam  
anunciadas entidades particulares como a FENCO, a  
PETRUS, a fim de que imistam recursos nesse tipo  
de empreendimento. O Conselheiro Victor Hugo aler-  
tou que a questão do esvaziamento dependerá do  
laudo do IPT. Prossequindo a reunião o Vice-Presi-  
dente passou à análise de processos. Processo n.º —  
30.510/92-94. Interessado: Cláudio Neves Demar. Local:  
Rua XV de Novembro, em frente a Bolsa Oficial do Café.  
Assunto: Abaixo assinado para aprovação na íntegra  
do Edifício Nilo Branco. Flávio Moraes do CONDEPHAAT,  
explicou a posição do Colegiado daquele Conselho, so-  
bre a retirada da cor amarela, pois o interessado  
se omitiu no memorial descritivo do estudo cromático,  
porém apresentou fotos da maquete, que não são  
condizentes com a realidade atual. O Conselho pa-  
rteceu o seu parecer de que deverá ser repintado  
o edifício e foi aberto um processo jurídico, que  
no momento está sendo apreciado por um juiz.  
O Conselheiro Luiz Nunes da SEOSP explicou que a SEOSP  
forneceu o "habite-se" para o edifício em virtude  
da inexistência do estudo cromático no memorial  
descritivo. Decidiu-se que o presente processo será  
remitido ao CONDEPHAAT, órgão a quem realmente es-  
tava destinado. Processo n.º 14.098/92-16. Interessado:  
WALON S.A. Administração. Local: Praça da República  
n.º 55. Assunto: Isenção de IPTU. Após as explicações do  
Órgão Técnico sobre o assunto, iniciaram-se as discus-  
sões. O Conselheiro Luiz Nunes sugeriu que deveria ser  
anulada a isenção já fornecida em outro processo  
administrativo, a parte térrea do imóvel e fosse da-  
da apenas ao andar superior, uma vez que os  
andares têm numeração distinta. O Conselheiro Salis  
Ferraro expôs que o imóvel como um todo, está

Feirópolis, Maranhão, 92

íntegro. A seguir foi então, colocado em votação o pedido do requerente, que recebeu quinze votos a favor e uma abstenção, sendo portanto aprovada. Processo nº 14.224/92-54. Interessado: Refrigerantes de Santos S.A. Local: Avenida Bandeirantes, nº 598. Assunto: Reconsideração do processo nº 27.043/91-61. Após as explicações do OTA, da análise do processo e das discussões foi a solicitação do requerente, colocada em votação, tendo recebido dezesseis votos a favor, sendo aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a discutir ou relatar, o Vice-Presidente, Luiz Carlos R. do Nascimento, deu por encerrada a presente reunião às dez horas e cinquenta minutos. Na cidade, secretariamos a reunião, lavamos a presente ata, e após sua discussão e aprovação passa a ser assinada pelos Conselheiros a ela presentes. Feito, em dois e três de junho de hum mil novecentos e noventa e dois.

- Luiz Carlos R. do Nascimento
- Josiana J. de Medeiros
- Marilyn Alvarez Linnino
- João Paulo da Silva
- Fabio Eduardo Ferraro
- Regina Célia M. Mano
- Ney Caldatto Barbosa
- Victor Hugo Moura
- Alfredo Vargas
- Alexandre Bis
- Roberto Medeiros de Araujo
- Wilma Therezinha F. de Azevedo
- Marcelo Lima de Oliveira
- Bechara Abdalla
- José Roberto A. Zonis

Edeiros

*[Handwritten signatures and initials]*

Manoel de Oliveira

*[Handwritten signature]*

Titor Iglesias Cid

Luiz Antonio P. Nunes

Reinaldo Lopes Martins

João Eber de Góis

Marcos A. Braga

M<sup>te</sup> Valquíria J. Barbosa

Selma Simões

Reinaldo Lopes Martins

João Eber de Góis

M<sup>te</sup> Valquíria J. Barbosa

Selma Simões

Ata da Quinquagésima Oitava Reunião Ordinária do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos - CONDEPASA

Nos sete dias do mês de julho de hum mil, novecentos e noventa e dois, nas dependências do Arquivo Histórico "Dr. José da Costa e Silva Sobrinho", no Centro de Cultura "Patrícia Galvão", realizou-se a quinquagésima oitava reunião ordinária do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos - CONDEPASA. As dezesseis horas e trinta minutos, fez-se a primeira chamada, mas por falta de quórum a reunião só teve início às vinte horas, após a segunda chamada. Comparceram à reunião os seguintes Conselheiros: Reinaldo Lopes Martins, Jociana J. de Medeiros, Bechara Abdalla, Alfredo Vasquez, Regina Célia M. Março, Francisco José Carol, João Paulo da Silva, Alexandre Bio, Selma Simões, João Roberto A. Zonis, Fábio Eduardo Ferraro, Selma Therezinha F. de Andrade, Marcelo Lima de Oliveira, Martinho Leonardo Filho, Titor Iglesias Cid, e os componentes do Órgão Técnico de Apoio - OTA: João Eber de Góis, Maria Valquíria J. Barbosa e Marcos A. Braga. O Presidente Reinaldo Lopes Martins deu início à reunião com a leitura da ata da quinquagésima sétima reunião ordinária, e após sua leitura foi solicitada a ressalva quanto a presença da Conselheira Selma Simões àquela reunião.